



## Câmara Municipal de Lisboa

### Anexo I - Reduções e isenções de taxas aplicáveis à operação urbanística

Requer (ao abrigo do Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas a Atividade Urbanística e Operações Conexas):

(Reduções e isenções de taxas aplicáveis a construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior, alteração interior, edificação de piscinas e conservação)

- ☐ Redução do pagamento da taxa administrativa correspondente ao valor pago pela homologação da informação prévia favorável emitida há menos de 1 ano, por se tratar de pedido de licença referente a operação urbanística e com ela conforme (nos termos do n.º 2 do artigo 15º)
- ☐ Redução de 20% do pagamento da taxa administrativa por se tratar de comunicação prévia ou pedido de licença, referente a (nos termos do n.º 3 do artigo 15º):
  - ☐ Operação urbanística de edificação em área abrangida por plano de pormenor ou operação de loteamento em vigor
  - ☐ Operação de loteamento em área abrangida por plano de pormenor em vigor
- ☐ Redução de 10% do pagamento da taxa administrativa, por ter sido promovida antecipadamente a consulta de todas as entidades externas que deveriam emitir parecer, autorização ou aprovação nos termos da lei e apresentando os mesmos, no prazo de um ano desde a emissão, com o requerimento inicial ou comunicação prévia (nos termos do n.º 4 do artigo 15º)
- ☐ Redução do pagamento de taxa pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas (TRIU), no máximo de 10%, por utilizar uma ou mais das seguintes soluções técnicas implementadas na operação urbanística (nos termos do n.º 2 do artigo 18º):
  - ☐ Sistema de reciclagem de águas cinzentas para reutilização em usos não potáveis nas áreas comuns dos edifícios (5%)
  - ☐ Soluções que conduzam à retenção e aproveitamento de águas pluviais para regas, lavagens e outras utilizações que não exijam água potável (5%)
  - ☐ Mecanismo de aproveitamento de energias alternativas e de soluções que racionalizem e promovam o aproveitamento de recursos renováveis para a água e energia elétrica (5%)
- ☐ Redução em contrapartida pela realização de infraestruturas urbanísticas, que o particular se obriga realizar e manter, nas situações previstas no n.º 1 e n.º 3 do artigo 25º do RJUE (nos termos dos n.º 1, n.º 2 e n.º 3 do artigo 19º)
- ☐ Isenção por se tratar de obras de ampliação de edifícios ou suas frações, feitas através do aproveitamento de sótão ou da construção de um piso elevado para habitação dentro da altura máxima da edificação e altura da fachada admitida no RPDML, e até aos limites de 250m² de área de construção acrescentada ou de um fogo criado (nos termos do nº1 do artigo 18º)

(Exclusivamente aplicável a obras de conservação, alteração interior e reabilitação)

- ☐ Isenção pelo facto da operação urbanística envolver exclusivamente obras de conservação, reabilitação e/ou de alteração interior de edifícios ou suas frações (nos termos do n.º 1 do artigo 15º)

- ☐ Declara que tem dívidas ao município e que apresentou processo de reclamação graciosa com o n.º \_\_\_\_\_ ou outro legalmente admissível e garantia prestada, para obstar à perda do reconhecimento do benefício fiscal.